

SCIENTIA ANTIQUITATIS



SALVAGUARDA ARQUEOLÓGICA
ARCHAEOLOGICAL SAFEGUARD

Título: SCIENTIA ANTIQUITATIS

Editores: Leonor Rocha/ Gertrudes Branco/ Ivo Santos

Local de Edição: Évora (Portugal)

Data de Edição: Junho de 2019

Volume: 1/ 2019

Capa: Trabalhos de salvaguarda no Palácio do Vimioso

(Foto: Leonor Rocha)

Director: Leonor Rocha

ISSN: 2184-1160

Contactos e envio de originais: Leonor Rocha/ Irocha@uevora.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

INDÍCE

O IV ^o CIAT e o estado da Salvaguarda Arqueológica em Portugal Leonor Rocha e Gertrudes Branco	5
Arqueologia Pública e a gestão do património arqueológico no contexto da construção de uma barragem: O caso da construção da barragem de Belo Monte (Brasil) Maria Clara Costa	25
Melhor conhecer é melhor proteger. Os contributos do projeto ARQUEOSIA Filipa Neto e Catarina Costeira	57
Estratégias para a gestão da salvaguarda arqueológica: as cartas de risco do património arqueológico dos Açores José Luís Neto, Carlos Luís Cruz e Pedro Parreira	77
O Risco das Políticas de Risco em Património Cultural - Proposta STORM para uma nova abordagem Filipa Neto, Sofia Pereira, Isabel Inácio, João Almeida Filipe	95
Gestão e salvaguarda do património arqueológico: o caso da Universidade de Évora (Portugal) Leonor Rocha, Jorge de Oliveira, André Carneiro e Carmen Balesteros	113
Ecclesia Sanctae Marinae de Cortegaza (Cortegaça, Ovar). Um contributo na Arqueologia de Salvaguarda Gabriel Pereira, Gustavo Santos e Mauro Correia	153
E quando as fábricas fecham? Reflexões sobre a salvaguarda do património arqueológico-industrial na cidade de Portalegre Susana Pacheco	183
A geofísica e salvaguarda do património arqueológico em meio rural. Vantagens e quando utilizar: o caso dos recintos de fossos António Valera e Tiago do Pereiro	203
A salvaguarda arqueológica: teoria e prática na Região Centro Gertrudes Branco	217
Salvaguarda arqueológica em Monforte: Percurso e estratégias de intervenção (Monforte, Portalegre, Portugal) Paula Morgado	251

Oliveira de Azeméis: Gestão de uma Carta de Salvaguardas Patrimoniais e de um projeto de investigação sobre a ocupação do território (POVOAZ) Adrian de Maan e João Tiago Tavares	295
A gestão de espólios arqueológicos no Algarve. Reflexão sobre o seu propósito na actividade arqueológica de salvaguarda Grupo de Arqueologia da Rede de Museus do Algarve	321
A Antropologia Biológica nos Açores: gestão e estudo das suas coleções osteológicas José Luís Neto, Joana Camacho e Pedro Parreira	331
Mosteiro de São Bento de Avis: da intervenção preventiva ao programa de estudo e valorização de fracção monástica Ana Cristina Ribeiro	355
Acompanhamento: o <i>Cadavre Exquis</i> da prática arqueológica (portuguesa) Gabriel Pereira, Mauro Correia e Gustavo Santos	385
Resultados preliminares do acompanhamento arqueológico da obra de conservação da Capela de Nossa Senhora de Entre Águas Ana Cristina Ribeiro	415
Minimizando impactos. Tavira Verde 2012/2014 Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco	447
Estratégias de recuperação e salvaguarda do património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu, Portugal) após os incêndios florestais de outubro de 2017 Manuel Luís Real, António Faustino Carvalho, Catarina Tente, Daniel de Melo Branco, Luís André Pereira, Pedro Sobral de Carvalho e Tiago Ramos	461
Balanço dos Incêndios de 2017: Região de Lisboa e Vale do Tejo Filipa Bragança, Gertrudes Zambujo e Sandra Lourenço	477
La combinación de la investigación con la protección del patrimonio arqueológico rural en la provincia de Salamanca: el caso de Los Villares (Fresno Alhándiga, Salamanca) M ^a de los Reyes de Soto García e Verónica Pérez de Dios	491

**SALVAGUARDA ARQUEOLÓGICA EM MONFORTE:
PERCURSO E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO (Monforte,
Portalegre, Portugal)**

Paula Morgado¹

Resumo

O processo de salvaguarda arqueológica no concelho de Monforte teve início nos anos 40 do século XX, com os primeiros grandes trabalhos de escavação arqueológica programada. A partir do ano 2000 e até ao presente assistimos a uma alteração na prática arqueológica que, apesar de não deixar de se refletir nos projetos de investigação, se direciona para as intervenções de cariz preventivo e de emergência, sobretudo nos núcleos urbanos, em contexto de obras públicas e privadas. Faz-se uma síntese do percurso da salvaguarda arqueológica em Monforte e dos trabalhos desenvolvidos em meios rurais e urbano, numa estratégia concertada de gestão territorial.

Palavras-chave: Salvaguarda arqueológica, Monforte, Obras públicas, Investigação, Valorização.

Abstract

The process of archaeological safeguarding in the municipality of Monforte began in the 1940s, with the first major archaeological excavation programmed. From the year 2000 on, we have witnessed a change in the archaeological practice that, despite reflecting the research projects, is directed towards preventive and emergency interventions, especially in urban centers, in the context of works public and private. We summary the course of the archaeological safeguard in Monforte and of the works developed in rural and urban environments, in a territorial management strategy.

Keywords: Archaeological safeguard, Monforte, Public works, Investigation, Appreciation.

¹ Arqueóloga do Município de Monforte

1. Percurso e estratégias de intervenção

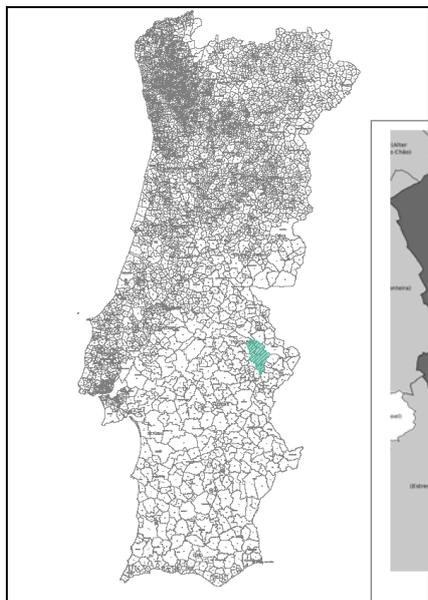


Figura 1 – Localização do concelho de Monforte em Portugal

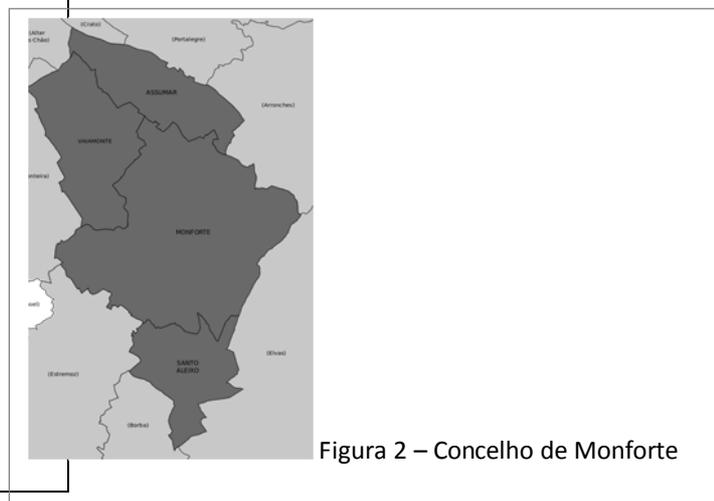


Figura 2 – Concelho de Monforte

A tradição arqueológica em Monforte², com trabalhos desenvolvidos em moldes científicos e enquadrados por instituições com responsabilidades na área do património cultural, remonta a meados do séc. XX, na sequência da descoberta acidental da *villa* romana de Torre de Palma³.

A descoberta deste sítio e os mecanismos imediatamente acionados, no sentido de zelar pela integridade daquele espaço, faz de Torre de Palma um testemunho com ampla visibilidade nos meios científicos e mediáticos e constituiu o grande exemplo de salvaguarda do património arqueológico no concelho de Monforte.

Após a primeira ação de proteção patrimonial, que consistiu na interrupção dos trabalhos agrícolas em curso e na reserva de vários hectares de terreno para estudo dos vestígios conservados, as escavações arqueológicas iniciaram-se de imediato sob a orientação do

² Distrito de Portalegre, concelho de Monforte. Fig. 1 e 2.

³ *Villa* romana situada na freguesia de Vaiamonte, concelho de Monforte, classificada como Monumento Nacional pelo Decreto nº 241/70 de 3 de Junho.

professor Manuel Heleno (1948-1962)⁴, e mantiveram-se em curso por várias campanhas, ainda que de forma descontinuada e promovida por distintas equipas de trabalho (D. Fernando de Almeida, até 1971 e Stephanie Maloney, de 1983 a 2000⁵), por um período de tempo de cerca de 50 anos. À luz da arqueologia praticada na altura em que ocorreu a descoberta, deu-se especial destaque aos singulares pavimentos de mosaicos figurativos, cuja estratégia de proteção, entendida no contexto da política cultural da época, se efetivou na sua retirada do contexto original e no transporte para Lisboa, para a então instituição museológica de referência da Arqueologia portuguesa, o Museu Etnológico do Dr. José Leite de Vasconcelos, atual Museu Nacional de Arqueologia, numa ação programada de salvamento de espólio arqueológico.

As estruturas conservadas *in situ* foram progressivamente valorizadas com trabalhos de conservação e restauro à medida que as escavações arqueológicas se concluíam, e foi já por intervenção do IPPAR, nos anos 90 do séc. XX, que como medida de proteção do amplo conjunto de estruturas colocadas a descoberto, face ao inevitável efeito nefasto da exposição aos agentes erosivos, se construiu uma cobertura sobre a ala residencial da *villa*, a que se seguiu, em 2010, a construção do Centro Interpretativo na zona de entrada do sítio arqueológico (Fig. 3 - 7). Esta nova estrutura de receção, apoio e informação aos visitantes, recebeu uma exposição de carácter permanente, constituída por textos sobre as circunstâncias da descoberta, a evolução dos trabalhos e a história da *villa*, em resultado dos estudos produzidos ao longo das várias décadas de trabalhos arqueológicos. Esta exposição foi complementada com alguns materiais recolhidos no decurso das escavações e constituem o único testemunho de património móvel presentemente existente no concelho (Fig. 8).

⁴ Heleno (1962)

⁵ Maloney (2000)



Figura 3 - *Villa* romana de Torre de Palma (termas)



Figura 4 - *Villa* romana de Torre de Palma (basílica paleo cristã)



Figura 5 – Villa romana de Torre de Palma - Cobertura de protecção na



Figura 6 – Villa romana de Torre de Palma - Peristilo



Figura 7 – Villa romana de Torre de Palma (Centro Interpretativo)



Figura 8 – Centro Interpretativo da villa romana de Torre de Palma (exposição)

Os primeiros trabalhos arqueológicos na *villa* romana de Torre de Palma, a que se seguiu uma outra intervenção num sítio próximo, o povoado do Cabeço de Vaiamonte (Fig.9-10), com ocupação do neolítico até época romana, também sob a orientação do prof. Manuel Heleno, tornaram a prática arqueológica familiar à população do concelho, até porque a mão-de-obra local foi amplamente recrutada para a execução de ambos os trabalhos.



Figura 9 – Perspectiva do Cabeço de Vaiamonte



Figura 10 – Localização da villa romana de Torre de Palma (1) e Cabeço de Vaiamonte (2)

A par destes dois sítios, localizados na freguesia de Vaiamonte, um outro sítio mereceu também destaque no campo da investigação histórica e arqueológica, o troço da via romana localizada a norte do concelho, na freguesia do Assumar, localmente conhecida como "Canada do Alicerce" (Fig.11 e 12). Com o intuito de devolver a este caminho a sua função de via pública, ao longo do tempo apropriada indevidamente e integrada em propriedades privadas, assiste-se no início do século XX a um trabalho notável, por parte do estado português, de identificação rigorosa deste troço de via, a partir de vestígios conservados no terreno⁶, num acto de clara defesa dos interesses públicos e de salvaguarda patrimonial cujos efeitos, infelizmente, não se chegaram a verificar na prática. Esta via, mencionada já por Leite de Vasconcelos⁷, e estudada posteriormente no âmbito da obra pioneira produzida na década de 40 por Mário Saa⁸, e alvo de estudos recentes nos últimos anos⁹, permanece atualmente integrada em algumas propriedades privadas e mantém o seu percurso visível sobretudo ao longo da faixa que funciona como limite entre concelhos. A população local é a verdadeira guardiã e defensora da sua inalterabilidade ao longo dos anos, tanto pela continuidade da sua utilização como nas prontas ações de denúncia de situações que colocam em perigo a sua preservação física.



Figura 11 – Troço da via romana de Assumar ou "Canada do Alicerce"

⁶ MORGADO e ROCHA (2017)

⁷ VASCONCELLOS (1929)

⁸ SAA (1956)

⁹ CARNEIRO, (2008); MORGADO e ROCHA (2017)

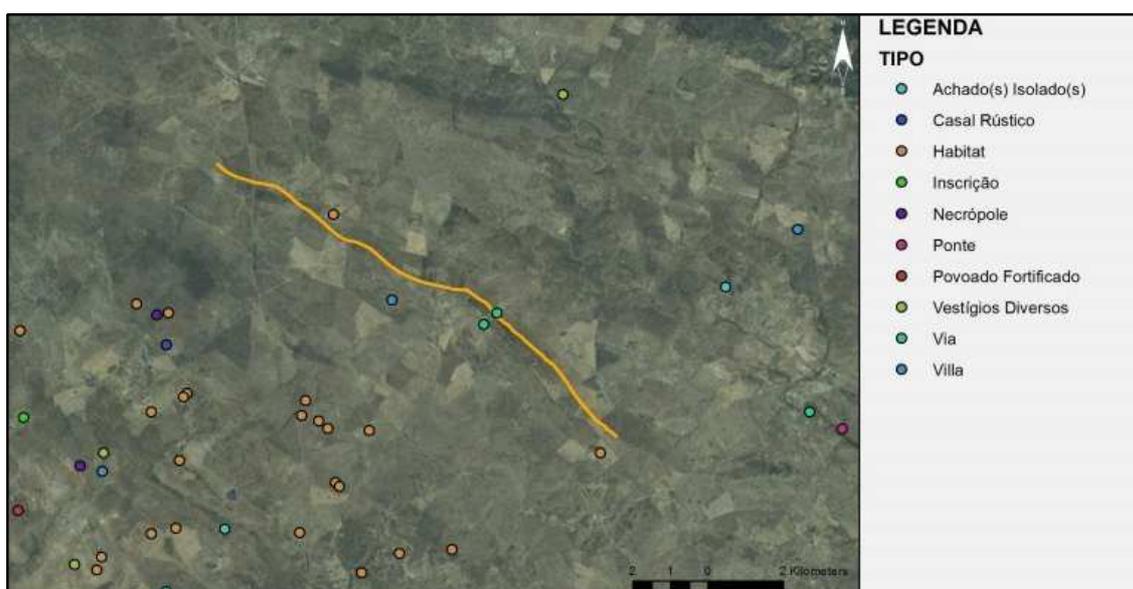


Figura 12 – Mapa com o traçado da via romana do Assumar, dentro dos limites do concelho de Monforte (Mapa de G. Branco).

Estes marcos da arqueologia do concelho, somados ao património megalítico (Fig.13), sobretudo antas, disperso um pouco por todo o território de Monforte e alvo de trabalhos de investigação e de salvaguarda pelo registo, desde o contributo do Prof. José Leite de Vasconcelos a partir dos anos 20¹⁰, do casal Leisner nos anos 50¹¹, até recentes trabalhos de escavação arqueológica¹², contribuíram para que os habitantes do concelho se fossem familiarizando com o discurso da Arqueologia e promovessem pelo conhecimento e pela consciencialização da importância patrimonial dos vários testemunhos históricos, a preservação e a salvaguarda dos marcos da presença humana no seu território. Os monumentos megalíticos têm sido preservados pelos próprios proprietários, que respeitam um perímetro de segurança em torno das antas sempre que procedem a lavras dos terrenos e, ainda que com pouca frequência, são feitas denúncias pelos cidadãos de situações de risco para o património histórico, ao mesmo tempo que quando ocorrem achados ocasionais de objetos

¹⁰ VASCONCELLOS, (1929)

¹¹ LEISNER e LEISNER, (1959)

¹² BOAVENTURA, (2006); ROCHA e MORGADO, (2013) (2015) (2016).

arqueológicos, é contactado o Serviço de Arqueologia do Município. Este é um panorama que resulta da construção de um discurso patrimonial, mas que, longe de ser ainda o ideal, é um processo contínuo de aprendizagem e melhoria.



Anta do Velho

Anta da Rabuje 1

Anta da Serrinha

Menir do Sete

Figura 13 – Alguns monumentos megalíticos do concelho de Monforte

O conceito de arqueologia e de acesso ao passado, bem como o próprio conjunto de referências patrimoniais do coletivo humano é ampliado a partir do momento em que a Arqueologia assume um papel estruturante como atividade de gestão territorial e se assume como garante de articulação entre agentes transformadores do património e a salvaguarda dos próprios valores patrimoniais.

É na sequência da afirmação pública de um discurso arqueológico abrangente, que a nível do poder local se constatam algumas alterações relativamente à integração de quadros técnicos na área do património cultural.

Em época relativamente recente, já nos anos 90 do séc. XX, o Município de Monforte começa pela primeira vez a integrar técnicos da área da história e arqueologia na sua estrutura, ainda que de forma temporária e sem projetos estruturantes que justificassem a sua permanência continuada. Em 1994, este Município promove por iniciativa própria, o que terá sido a primeira ação de salvaguarda em contexto de obra em meio urbano no concelho, de um sítio arqueológico, identificado no decurso de obras realizadas no Centro de Recuperação de Menores do Assumar, em concreto na envolvente verde do complexo de edifícios desta instituição de solidariedade social,

construído em meados do século, na proximidade do sítio com o topónimo de S. Lourenço¹³. A intervenção do técnico do Município consistiu na recolha de informação e de materiais no terreno mas o facto de não ser conhecido nenhum relatório dos trabalhos dificulta a caracterização do sítio. Os materiais daí provenientes, em depósito na Reserva de Arqueologia de Monforte são os únicos testemunhos a partir dos quais é possível deduzir que tipo de sítio seria quando não resta nenhuma outra prova material da sua existência. Resta o registo da existência de um sítio arqueológico total ou parcialmente destruído, de época romana, e a identificação de uma área em que qualquer obra a realizar futuramente será objeto de intervenção arqueológica e alvo de parecer por parte do Serviço de Arqueologia do Município.

Em 1996, no decurso do projeto que previa a construção de um gasoduto que atravessaria parcialmente o concelho de Monforte, foram realizados trabalhos de prospeção arqueológica promovidos pela Transgás, ao abrigo de um protocolo entre esta empresa e o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR). No âmbito destes estudos, vocacionados para a salvaguarda do património arqueológico, foi identificado um sítio com ocupação romana e moderna, designado Sardos, que de outra forma não teria sido sinalizado para intervenção. O sítio foi escavado para caracterização e delimitação da área, o que possibilitou determinar dois momentos de ocupação humana em épocas distintas, e algumas estruturas conservadas pertencentes a essas ocupações¹⁴. Embora as escassas informações não tenham possibilitado a caracterização concreta do sítio romano, os vestígios de superfície, concretamente nódulos de *opus signinum*, um peso de lagar e silhares de granito, apontam para a existência de uma possível quinta com estruturas de transformação de produtos agrícolas, que no séc. XVII, XVIII volta a ter nova ocupação, com construções que reaproveitaram os materiais de época

¹³ S. Lourenço: CNS 4660; Processo 95/1(223)

¹⁴ BUGALHÃO (1998), (2004)

romana. Embora seja indeterminada a data de abandono do sítio, não foram identificados materiais que testemunhem mais algum tipo de ocupação até ao presente e o local manteve exclusivamente uma utilização agrícola desde então. Na área a ser afetada pelos trabalhos do gasoduto não se registou a ocorrência de estruturas ou vestígios arqueológicos que implicassem alterações ao projeto, mas o contributo da arqueologia preventiva e de salvamento reverteu para o conhecimento sobre o povoamento rural do território, com a obtenção de novos dados acerca de um sítio arqueológico que de outra forma não teria sido objeto de uma intervenção desta natureza.

A criação do Instituto Português de Arqueologia (IPA)¹⁵ e consequentemente das Equipas Territoriais, também nos anos 90 do séc. XX, aproximou ainda mais o discurso arqueológico, entretanto em afirmação, das esferas do poder político local. A constituição destas estruturas descentralizadas e a presença regular dos técnicos no terreno, aliada à sua capacidade de atuação quase imediata, contribuiu de forma marcante para a salvaguarda arqueológica em contexto de obras públicas e privadas, sobretudo em territórios como o do norte Alentejano que à data não contava com a presença nos quadros dos técnicos municipais de nenhum arqueólogo a tempo inteiro, num conjunto de 15 Municípios. Neste espaço geográfico, a extensão territorial do Crato, do IPA, desenvolveu um amplo trabalho de sensibilização e gestão do património arqueológico junto dos municípios, o qual nem sempre recebeu a melhor receptividade e foi durante bastante tempo olhado com desconfiança, mas que ao longo de anos de persistência começou a dar frutos quando os arqueólogos começam a ser definitivamente integrados como técnicos municipais. O Município de Monforte é o primeiro a fazer, neste contexto, a integração definitiva de um arqueólogo, mas apenas em 2005, a que se seguiram os municípios de Alter do Chão e Avis.

¹⁵ Decreto-Lei n. 117/97 de 14 de Maio

A partir de 2001, com a criação do Gabinete Técnico Local (GTL) de Monforte, o qual pretendeu dotar o Município de um conjunto de técnicos para atuação direta ao nível da organização urbana do centro histórico, é integrado um técnico superior de Arqueologia e iniciou-se um processo novo de articulação entre o serviço de obras do Município e a Arqueologia, em concreto na salvaguarda do património arqueológico no Centro Histórico. Para isso foi fundamental a definição dos limites do Centro Histórico e a definição de regras de atuação entre técnicos atuantes no processo do licenciamento de obras e o Arqueólogo. Todas as obras públicas ou particulares a realizar no Centro Histórico passaram a remeter diretamente para análise do GTL, aquando da entrada dos pedidos de licenciamento das obras nos serviços municipais, competindo ao arqueólogo a emissão de pareceres técnicos e a realização de trabalhos arqueológicos, fiscalizados pelos técnicos do Instituto Português de Arqueologia.

Em 2001, a **obra de adaptação do antigo Convento do Bom Jesus de Monforte a Biblioteca Municipal**¹⁶, representou uma mudança substancial na forma como o papel da arqueologia passou a ser encarado no contexto das obras públicas concelhias, desde logo porque os moldes de realização da intervenção se distanciavam dos tradicionais trabalhos de campo, tanto em termos de método como de procedimentos adotados. O convento localizava-se no Centro Histórico da vila de Monforte (fig. 14), no âmbito de atuação do Gabinete Técnico Local da Autarquia, pelo que o projeto de adaptação do edifício foi remetido para análise dos técnicos do Gabinete.

¹⁶ Morgado (2001) - Convento do Bom Jesus (Monforte). Relatório de trabalhos arqueológicos apresentado ao Instituto Português de Arqueologia



Figura 14 – Planta de localização do convento do Bom Jesus de Monforte na malha urbana

Apesar deste espaço ter sido anteriormente intervencionado, nos anos 40 do século XX, pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), aquando da construção de uma escadaria de acesso do centro da vila à plataforma do castelo, os relatórios da época registaram apenas os aspetos referentes aos materiais utilizados e medições realizadas, ignorando no processo de desmontagem do terreno, a ocorrência de vestígios ou estruturas arqueológicas. Esta ausência de informação acerca de aspetos decisivos para o conhecimento prévio da realidade arqueológica do espaço, condicionou a estratégia de atuação no âmbito do projeto, que foi faseada numa primeira etapa avaliativa em que se realizaram sondagens arqueológicas e numa segunda fase de acompanhamento integral dos

trabalhos, numa área em que era previsível a existência de vestígios conservados no subsolo.

Esta intervenção decorreu da necessidade de requalificar a área parcialmente ocupada pelo antigo convento do Bom Jesus de Monforte integrando-a no espaço público da vila ao promover a ligação entre o castelo e a Praça da República (fig. 15). A construção da Biblioteca Municipal surge da dupla necessidade de aproveitamento de um espaço votado ao abandono e da necessidade de dotar a vila de um espaço cultural desta natureza.



Figura 15 – Convento do Bom Jesus de Monforte antes da intervenção

As estruturas identificadas no decurso dos trabalhos arqueológicos, tanto na fase de realização de sondagens preventivas como na fase posterior de acompanhamento de obra foram conjuntamente avaliadas pela equipa Territorial do Crato do IPA e pelo arqueólogo municipal, de forma a determinar se a sua importância como testemunho histórico justificava a sua preservação. Concluiu-se que correspondiam na sua maioria a uma ala de dormitório acrescentada tardiamente ao convento já durante o século XVIII. Contudo, os vestígios encontravam-se muito à superfície relativamente à cota inicial do terreno e estavam conservados apenas ao nível da base, que assentava diretamente sobre o substrato geológico (Fig. 16 - 18). O grau de destruição das estruturas resultou da conjugação de

dois fatores que foram, por um lado as obras de construção, ampliação ou remodelação do próprio convento a partir do século XVI e por outro, as obras realizadas no século XX para a construção de uma escadaria que rasgou parcialmente o antigo convento no sentido nordeste. A reabilitação do espaço previa escavações profundas e considerou-se, após uma avaliação pormenorizada entre o que era o valor histórico dos testemunhos arqueológicos e o interesse social e cultural do projeto, não efetuar qualquer alteração ao projeto de arquitetura inicialmente previsto.



Figura 16 – Imagens das estruturas identificadas no âmbito dos trabalhos arqueológicos no convento do Bom Jesus de Monforte



Figura 17 – Plantas das estruturas identificadas no âmbito dos trabalhos arqueológicos no convento do Bom Jesus de Monforte

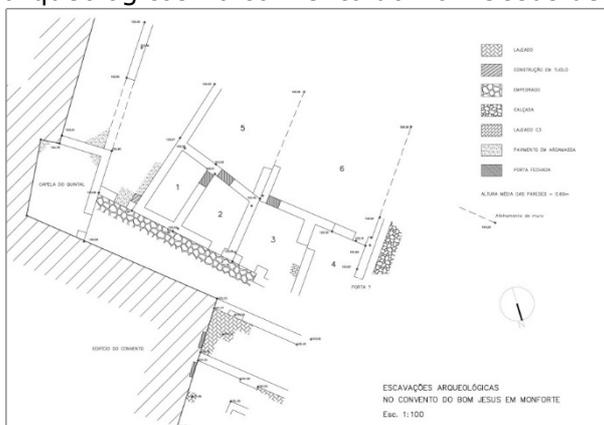


Figura 18 – Planta geral das estruturas

identificadas no âmbito dos trabalhos arqueológicos no convento do Bom Jesus de Monforte

O projeto de adaptação do edifício histórico foi pensado para preservar o mais possível a antiga traça do edifício do convento, respeitando o facto de encostar à muralha medieval, pelo que a mesma foi deixada à mostra e assumida como uma das paredes do novo edifício. Relativamente aos trabalhos arqueológicos foram feitos todos os registos fotográficos, gráficos e descritivos considerados necessários para se obter o máximo de informação a partir da realidade observada. Todas as estruturas identificadas, como muros e pavimentos, foram removidas para possibilitar as escavações necessárias à estabilidade do novo edifício, e as escavações no âmbito da obra de reconstrução incidiram sobretudo no rebaixamento do substrato rochoso sobre o qual se alicerçavam as estruturas arqueológicas colocadas a descoberto. Recolheu-se um amplo e diversificado conjunto de materiais arqueológicos, testemunho da utilização do espaço ao longo dos séculos, em contexto de grandes revolvimentos de terras, como no caso da recolha de um machado pré-histórico de pedra polida em associação com faianças e porcelanas. Apesar das grandes alterações ocorridas ao nível da estratigrafia arqueológica, o conjunto expressivo, ainda que disperso, de faianças e porcelanas (sobretudo tigelas, pratos e taças) enquadráveis entre os séculos XVI e XVIII remetem para a ampla utilização que tiveram no universo da vida conventual. Estes materiais foram depositados na Reserva Municipal de Arqueologia onde se encontram presentemente. Todos os procedimentos para concretizar a intervenção arqueológica, tanto numa fase prévia de planeamento de estratégia de intervenção como no decurso dos mesmos e na fase final de avaliação de vestígios foram articulados entre o GTL, em representação do Município e a Extensão Territorial do Crato do IPA, enquanto entidade da tutela, tendo decorrido de forma a cumprir os procedimentos legalmente exigidos.

Em resultado deste enquadramento que o GTL fez da arqueologia na Câmara Municipal de Monforte, seguem-se algumas intervenções ao

nível do Centro Histórico, a partir das quais se iniciou de forma sistemática a caracterização arqueológica da vila de Monforte.

Também em 2001, na sequência de um projeto que visava melhorar o acesso ao **castelo de Monforte** (Fig.19 - 20), a partir da via que o contornava pelo exterior e que fazia a ligação entre o rossio da vila e o Centro histórico, foi iniciado um conjunto de sondagens arqueológicas de cariz preventivo, cuja implantação se realizou apenas na área a ser afetada pelas obras. Os trabalhos a desenvolver previam a colocação de uma escadaria metálica numa zona da muralha que ruíra já após as intervenções que a DGMN realizou naquele espaço nos anos 50 do séc. XX (reconstrução de ameias e construção miradouro sobre o troço este da muralha) e a colocação de sinalética explicativa junto à porta de acesso à alcáçova a partir da vila, o que significava proceder à remoção de terras, com desconhecimento completo da realidade arqueológica daquela área. Nestas primeiras sondagens não se verificou a ocorrência de estruturas que impossibilitassem a prossecução do projeto, até porque a construção de uma estrutura de apoio à atividade de "tiro aos pratos", nos anos 80, tinha já alterado eventuais contextos conservados e deixado uma ampla área coberta de entulhos de pedra e terras revolvidas.

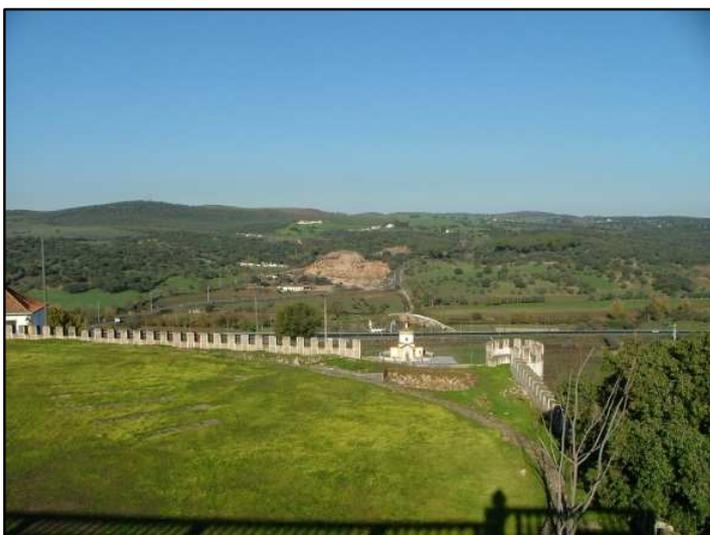


Figura 19 – Castelo de Monforte

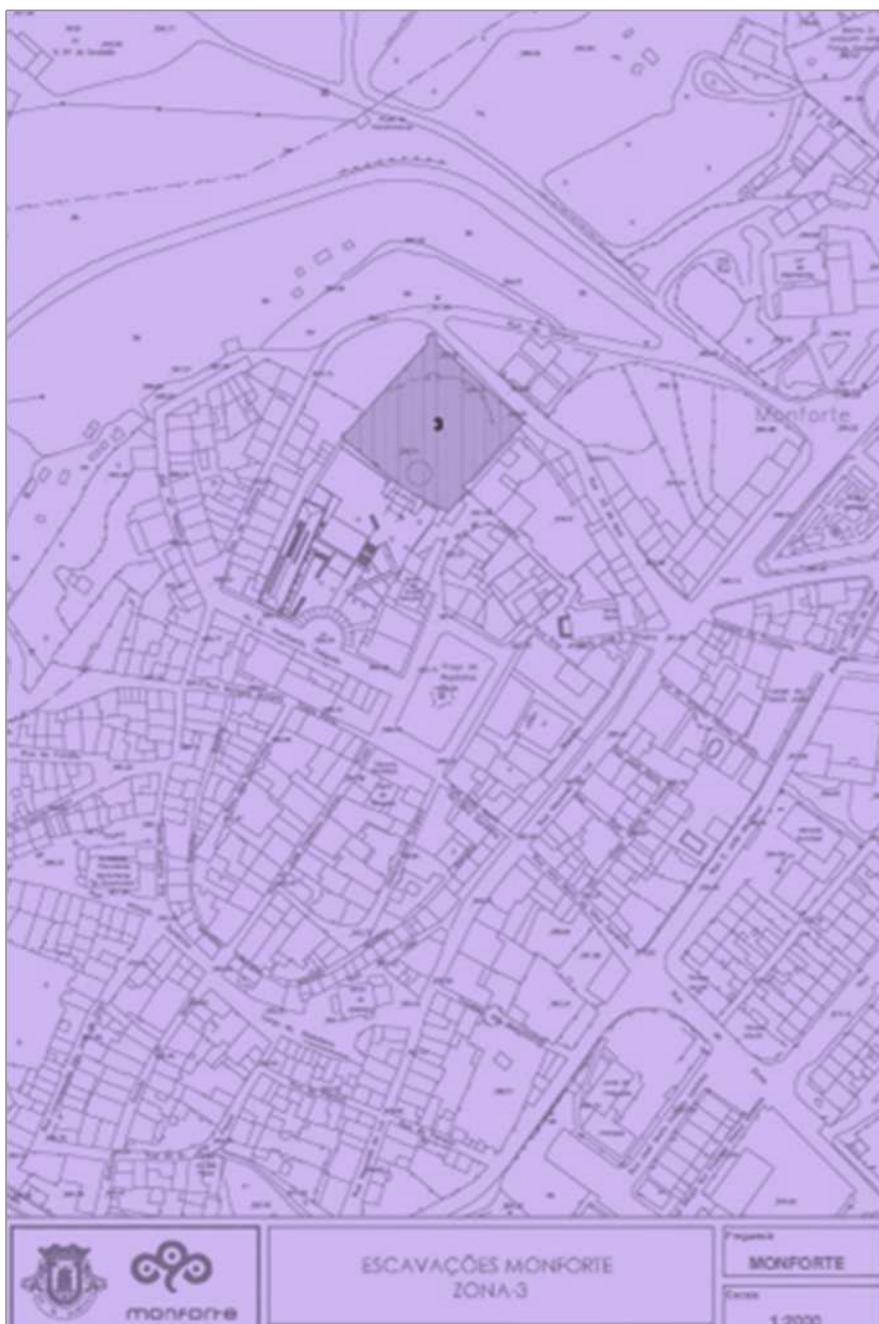


Figura 20 – Planta de localização do castelo de Monforte na malha urbana

Na mesma altura em que têm lugar estes primeiros trabalhos arqueológicos no castelo, e na sequência da obra de reabilitação do antigo convento do Bom Jesus, foi apresentado pelo GTL um projeto de arquitetura paisagista que visava a criação de um espaço verde na zona da alcáçova do castelo de Monforte. A primeira avaliação feita pela arqueologia, cingira-se a sondagens junto à muralha (Fig. 21), em áreas pequenas e bem delimitadas, mas este novo projeto visava

abranger a totalidade do espaço e previa a abertura de valas e fossas para plantações de espécies verdes de médio e grande porte, pelo que implicou rever a estratégia de planeamento da intervenção, condicionada à partida pela prévia análise arqueológica, numa área que se afigurava tão sensível quanto à ocorrência de vestígios.



Figura 21- Sondagens arqueológicas no castelo de Monforte

Um conjunto significativo de obras desenvolvidas entre 1945 e 1949 provocaram movimentações expressivas de terras, acumulação de entulhos e a terraplanagem da área da alcáçova, com demolições parciais do troço sul da muralha e com a sobreposição de um miradouro ao troço Este da mesma¹⁷. A intervenção arqueológica consistiu na realização de uma nova sondagem preventiva (sondagem 4), em 2003, implantada estrategicamente junto ao atual miradouro do castelo e abrangendo um muro semicircular visível à superfície, com o objetivo de verificar de que forma este muro se alicerçava e se existiam outras estruturas associadas. Constatou-se que a estrutura correspondia a obras recentes de nivelamento da plataforma do castelo, mas verificou-se a existência de um conjunto de estruturas antigas que assentavam sobre o afloramento rochoso e que, grosso modo correspondiam às construções assinaladas em planta por Duarte Darmas (Fig. 22 – 25). A prossecução dos trabalhos revelou, a par da existência de estruturas conservadas, diversos enterramentos humanos, que levaram à redefinição da estratégia de escavação e à articulação com o Laboratório de Antropologia Biológica da Universidade de Évora no

¹⁷ Morgado (2006) - Castelo de Monforte (Monforte). Relatório de trabalhos arqueológicos apresentado ao Instituto Português de Arqueologia.

sentido de se proceder à escavação, levantamento e estudo dos mesmos (Fig. 26). Por vicissitudes várias, as escavações foram apenas concluídas em 2006, mas a partir do momento em que se constatou que havia estruturas arqueológicas conservadas e que o espaço foi utilizado, ainda que parcialmente, como necrópole, o arranjo paisagístico planeado inicialmente foi reformulado e optou-se por uma solução não intrusiva no subsolo, sem plantações ou sobreposição de novas estruturas, ficando o espaço do castelo como reserva arqueológica, passível de ser intervencionado em futuros projetos de investigação e valorização patrimonial.

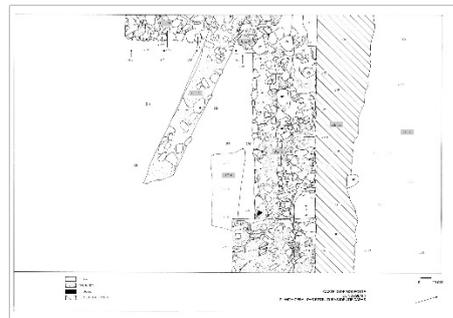


Figura 22 – Aspecto geral da sondagem 4 Figura 23 – Planta geral da sondagem 4

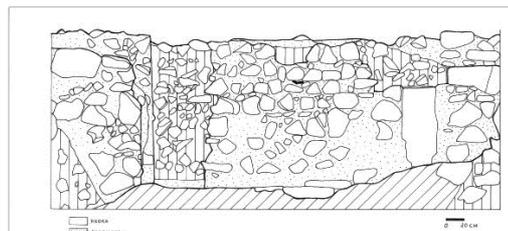
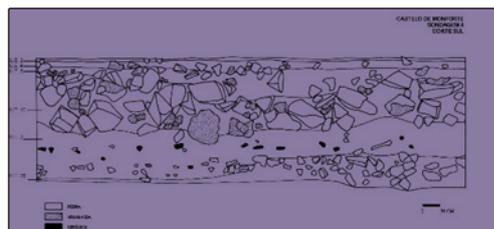


Figura 24 – Pormenor da sondagem 4



Figura 25 – Pormenor de assentamento das estruturas no substrato geológico



Figura 26 - Enterramentos no castelo de Monforte

Em 2002 é realizado um trabalho de acompanhamento arqueológico, no âmbito de uma obra de construção de garagem, que previa um desaterro junto à muralha da vila - **Acompanhamento de obra na Av. General Humberto Delgado, n.º 4, Monforte**¹⁸ (Fig. 27). O acompanhamento desta obra representou a possibilidade de caracterização da implantação da muralha da vila pelo seu exterior, ainda que anteriores escavações no antigo convento do Bom Jesus tivessem permitido uma primeira avaliação da implantação da muralha pelo seu interior. Os trabalhos de remoção de terras inicialmente previstos foram realizados com recursos a máquina retro escavadora, até uma cota de cerca de 50cm de profundidade, em que começou a surgir o substrato rochoso, caracterizado por granito que na sua parte superior se encontrava em desagregação. Ao definir-se o

¹⁸ Morgado (2002) - Av. General Humberto Delgado, n.º 4 (Monforte). Relatório de trabalhos arqueológicos (acompanhamento de obra).

embasamento da muralha de forma manual, verificamos que, pelo menos naquela área em concreto, a mesma se alicerça sobrepondo-se à modelação natural da rocha, sem alicerce ou reforços estruturais (Fig. 28). Esta análise permitiu definir algumas regras de atuação em termos de obras civis, com vista à segurança pública, nomeadamente quando eram previstas novas construções ou reabilitações de edifícios pré existentes junto à muralha.

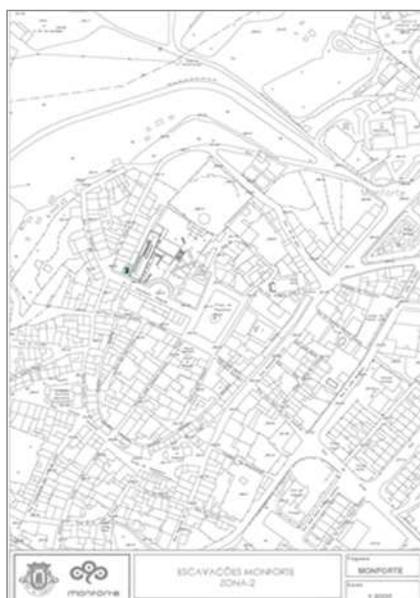


Figura Monforte 27 —
Localização do n.º 4 da Av.
General Humberto Delgado na
malha urbana de



Figura 28 – Pormenor do embasamento
da muralha de Monforte

Em 2004 os trabalhos de salvaguarda arqueológica consistiram no **Acompanhamento de obra no âmbito do Projeto de Remodelação de infraestruturas e Pavimentos de Monforte**¹⁹, o que se traduziu na escavação de todas as ruas do centro histórico e na substituição das canalizações antigas. Os relatórios de obras realizados na primeira metade do séc. XX, quando foi criada a primeira rede de abastecimento público de água e saneamento em Monforte são

¹⁹ Morgado, (2004) - Acompanhamento de obra no âmbito do Projeto de Infraestruturas e Pavimentos de Monforte. Relatório de trabalhos arqueológicos.

completamente omissos relativamente à ocorrência de património arqueológico. Após estas primeiras intervenções, seguiram-se trabalhos de reparação, substituição ou ampliação da rede, ao longo dos anos 50, registados nos relatórios então redigidos, com algumas referências a largura e profundidade das valas e dos materiais utilizados na obra, a que se seguiram novas reparações ao longo dos anos 70, muitas vezes sem qualquer tipo de projeto ou registo escrito. As fontes de informação mais fidedignas quanto à forma como os trabalhos de abertura das valas decorreram e que tipo de vestígios foram observados e/ou destruídos na época, foram os testemunhos orais passíveis de recolha numa fase imediatamente antes do início do acompanhamento arqueológico. Foi no entanto possível perceber a ocorrência de situações de destruição de património arqueológico e preparar a estratégia de intervenção no sentido de registar todos os testemunhos que pudessem ainda funcionar como indicadores contextuais da ocupação do espaço no Centro Histórico da vila.

A reabertura de valas coincidiu com o traçado das antigas canalizações, o que reduziu o risco de destruição de estruturas e contextos ainda conservados, tendo-se verificado de forma clara como a rede de águas e esgotos anteriormente construída influiu negativamente na conservação do património arqueológico. Essas primeiras obras de saneamento causaram a destruição parcial de algumas estruturas (sobretudo silos) e provocaram um profundo remeximento do subsolo.

O acompanhamento das obras permitiu a identificação de algumas realidades arqueológicas e confirmar registos orais acerca de “achados” ocorridos durante a construção da primeira rede de infraestruturas da vila de Monforte, com referências a túneis, poços e grandes potes enterrados nas ruas. Foi identificado um antigo poço, escavado na rocha, cuja localização aproximada se conhecia através de relatos orais. Este poço, localizado junto ao antigo Hospital da Misericórdia de Monforte, tem cerca de 7 metros de profundidade por

2 de diâmetro, e foi utilizado até há poucas décadas pela população de Monforte para retirar água e refrigerar bebidas e alimentos. A preservação desta estrutura implicou apenas um ligeiro desvio da vala e foi-lhe colocada por cima uma tampa que permite a sua identificação e o acesso ao interior, reservando-se a possibilidade de uma futura musealização (Fig. 29).

Junto à porta de acesso ao castelo, a partir do interior da vila, quando se procedia à abertura de um ramal de ligação ao depósito de abastecimento de água da vila de Monforte, identificou-se, ainda que parcialmente destruída por obras anteriores, parte da antiga muralha do séc. XIV. O aparelho de construção desta estrutura, parcialmente revestido com argamassa à base de cal, é semelhante ao que se observa nos vários troços de muralha ainda bastante bem preservados na sua configuração medieval, apesar de completamente integrada nos edifícios do Centro Histórico da vila. A identificação desta realidade permitiu confirmar a orientação da muralha e verificar como as obras ocorridas nos anos cinquenta se orientaram e por vezes estruturaram em função e fazendo o aproveitamento de estruturas pré existentes.

Identificaram-se ainda diversos 16 silos escavados no substrato rochoso, com perfil em saco e sem nenhum tipo de revestimento, em locais onde a rocha é relativamente branda, mas suficientemente resistente para permitir a sua escavação, ainda que pontualmente se tenha observado o seu reforço com muros de pedra que rematam as estruturas ao nível da boca. Nas ruas com estas características, o aproveitamento do substrato rochoso foi intensivo, ao ponto de haver silos que distam apenas alguns centímetros de distância em relação a outros.

As obras ocorridas durante o século XX danificaram consideravelmente alguns destes vestígios, sobretudo os mais superficiais. Em alguns casos, observou-se apenas a destruição da boca dos silos, que apresentavam ainda fragmentos da tampa em xisto, perfurada ao centro, enquanto noutras situações a destruição foi

quase total. É um conjunto de estruturas muito semelhantes, cuja boca mede cerca de 40 cm de diâmetro, podendo o diâmetro e profundidade máximas alcançar os 200 cm, embora estas medidas tenham sido extrapoladas a partir dos silos que foi possível medir com alguma segurança (Fig. 30-31). Estes silos terão sido parcialmente esvaziados aquando da sua destruição nos anos 50, e calculamos que não tenha sido apenas na medida exata das necessidades de colocação de canalizações, mas muito provavelmente por curiosidade em conhecer o conteúdo destas estruturas e até procurar objetos com algum valor. A estes remeximentos sucederam-se ações de entulhamento com pedras, fragmentos de cerâmica e terras mal compactadas. Não foi possível escavar os silos, devido à falta de condições de segurança, nomeadamente do desmoronamento frequente das paredes, mas efetuaram-se os registos fotográficos, gráficos e descritivos necessários à caracterização das estruturas e à sua localização exata. Os materiais que se encontravam associados (sobretudo cerâmicas comuns e algumas escassas faianças) enquadram-se em contextos de tal forma remexidos e alterados que não foi possível determinar uma cronologia rigorosa, se bem que aparentemente sejam materiais utilizados no preenchimento dos silos em fase de fim de vida destas estruturas. O estudo dos materiais e o cruzamento de dados permite situar a construção destas estruturas num momento anterior ao séc. XVIII, prolongando-se a sua utilização por um período de tempo indeterminado, mas que possivelmente não foi além do final do séc. XIX. A sua localização, maioritariamente no eixo de atuais ruas com circulação automóvel, a par da fragilidade do estado de conservação impossibilitou que fossem deixados visíveis para fins de musealização. Contudo, os registos efetuados e o mapeamento de áreas sensíveis no Centro Histórico, resultou num documento informativo, de apoio ao planeamento de obras públicas futuras.



Figura 29 — Poço cisterna identificado no decurso dos trabalhos



Figura 30 - Pormenor de silos identificados no decurso da obra



Figura 31 - Estado de conservação dos silos na fase de reabertura

Em 2005, a articulação entre dois projetos, um deles promovido pelo Município de Monforte, designado “Requalificação e Valorização da Ponte de Monforte – Corredor Eco-fluvial da Ribeira Grande” e o “Programa de Pontes Históricas do Alentejo”, promovido pelo IPPAR mas com colaboração do Município, resultou na valorização da envolvente da ponte romana de Monforte. A manutenção e arranjo paisagístico em torno deste monumento, classificado como Imóvel de Interesse Público (Decreto-Lei n.º 29/90 de 17 de Julho), implicava algumas movimentações de terras e modulação do terreno junto à ponte. Os desaterros planeados previam libertar visualmente o monumento da terra e vegetação acumuladas ao longo dos anos e

determinar a existência e estado de conservação de vários arcos totalmente soterrados em resultado do assoreamento da ribeira e do encurtamento das margens. Dos 12 arcos que supostamente existiam no séc. XVIII, tendo em consideração os dados documentais, apenas 5 eram visíveis à data de elaboração do projeto de requalificação da área.

No contexto dos trabalhos preparatórios da intervenção, estava prevista a retirada de terras e vegetação invasiva acumuladas em torno da estrutura, tanto a montante como a jusante, o que implicou e justificou o acompanhamento arqueológico dos trabalhos. O projeto da obra previa a integração da componente ambiental, com a plantação de espécies vegetais autóctones, com a componente patrimonial, materializada na ponte romana sobre a ribeira Grande (Fig.32).

No âmbito da intervenção arqueológica que sucedeu ao projeto, designada **Intervenção arqueológica na envolvente da ponte romana (Monforte)**²⁰, verificou-se um conjunto de situações que conduziu a algumas alterações no planeamento inicial do arranjo paisagístico, nomeadamente ao ser observada uma estrutura de reforço da ponte quando se começaram a retirar as terras em seu redor. Ao colocar em causa a estabilidade do monumento, optou-se por não prosseguir com a retirada de terras naquela zona, apesar de não se poderem libertar visualmente os arcos da ponte, entretanto soterrados pelas terras que a água arrastou (Fig.33). Também a jusante da ponte, numa área destinada à plantação de árvores foi necessário alterar o projetado, quando se identificou um antigo forno de tijolo bastante bem conservado ao nível da fornalha, no local exato de passagem de valas para plantações (Fig.34). O projeto de arquitetura paisagista foi sendo adaptado a estas vicissitudes decorrentes da intervenção e análise arqueológicas, e salvaguardaram-se para futuras intervenções programadas os vestígios identificados. O

²⁰ Morgado, (2005) - Intervenção arqueológica na envolvente da ponte romana (Monforte). Relatório de trabalhos arqueológicos (acompanhamento de obra) apresentado ao Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico.

mapeamento dos vestígios arqueológicos consistiu em assinalar em planta as zonas sensíveis de ocorrência de estruturas e materiais e em definir áreas de proteção em torno das mesmas, com delimitação no terreno do espaço que ficaria salvaguardado de qualquer plantação ou intervenção a nível do subsolo.



Figura 32 — Ponte romana de Monforte



Figura 33 - Intervenção no espaço envolvente da ponte romana de Monforte



Figura 34 — Forno de tijolo identificado na envolvente da ponte romana de Monforte

Também em 2005, numa intervenção de registo para salvaguarda, promoveu-se a limpeza da ponte do Cubo²¹, estrutura com cerca de 15 m de comprimento por 2 m de largura, situada nas proximidades da ponte romana de Monforte, e completamente invadida e oculta por vegetação ao longo dos anos (Fig. 35). O estado em que se encontrava fez com que tenha passado despercebida durante muito tempo, não figurando sequer nos registos da Carta Militar de Portugal 384, edição de 1970. O único elemento construído que consta da carta, na área de localização da ponte, é a fonte do Cubo, pequena fonte de mergulho que ainda hoje se conserva. O antigo caminho que passava pela ponte é apenas vestigial e foi cortado ao longo dos anos por cercas de propriedade e praticamente eliminado pelas sucessivas lavras do terreno. Relativamente à data de construção da ponte não se possuem dados seguros, até porque as únicas referências que se conhecem até ao momento são as constantes da Monografia Geral do Concelho de Monforte²². Presentemente, e sem dados fiáveis, considera-se esta ponte como medieval/moderna.

A ação de limpeza da ponte foi desenvolvida no âmbito do “Curso de técnicos de restauro e trabalho arqueológico”, promovido pelo Município em parceria com a Associação de Desenvolvimento Local ADITC (Associação de Desenvolvimento Integrado Terras do

²¹ Morgado (2005). Trabalhos de valorização da ponte do Cubo (limpeza e registo). Relatório de trabalhos arqueológicos.

²² CUNHA (1985) *Monografia Geral sobre o concelho de Monforte*. Monforte, Câmara Municipal de Monforte, p.121, p.173

Condestável) e possibilitou a limpeza integral do monumento da vegetação que a ocultava e o primeiro registo gráfico (alçados e planta) de que temos conhecimento e que serviu de base para a avaliação de conservação e restauro que lhe sucedeu (Fig. 36 - 38). O documento que a partir daqui foi elaborado, do qual constam campos como a história, cronologia, localização, dimensões, características construtivas, estado de conservação, assume um papel de ferramenta de apoio ao planeamento territorial em concreto na análise de projetos de pequenas construções hídricas em meio rural, situação que nos últimos anos se tem verificado com alguma frequência no concelho de Monforte.

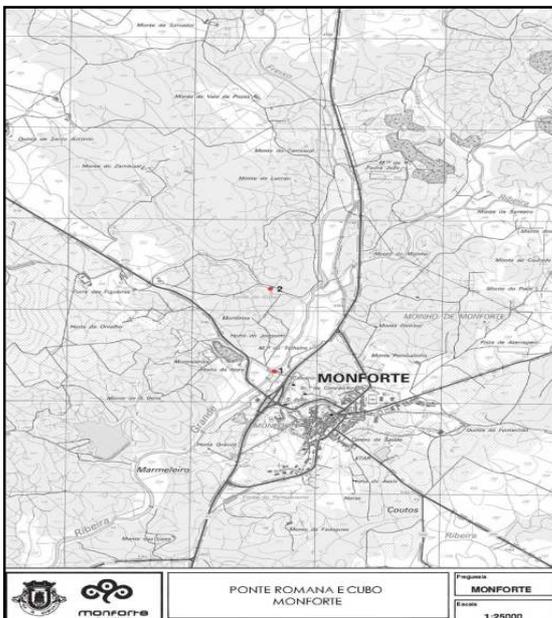


Figura 35 — Localização da ponte romana de Monforte (1) e ponte do Cubo (2)



Ponte do Cubo - vista de SW

Ponte do Cubo - vista de SE

Ponte do Cubo - vista de NW

Ponte do Cubo - Vista a partir do leito da ribeira, de jusante para montante

Figura 36 — Vistas gerais da ponte do Cubo antes da intervenção



Ponte do Cubo – vista de SW



Ponte do Cubo - vista de W

Figura 37 - Ponte do Cubo após intervenção

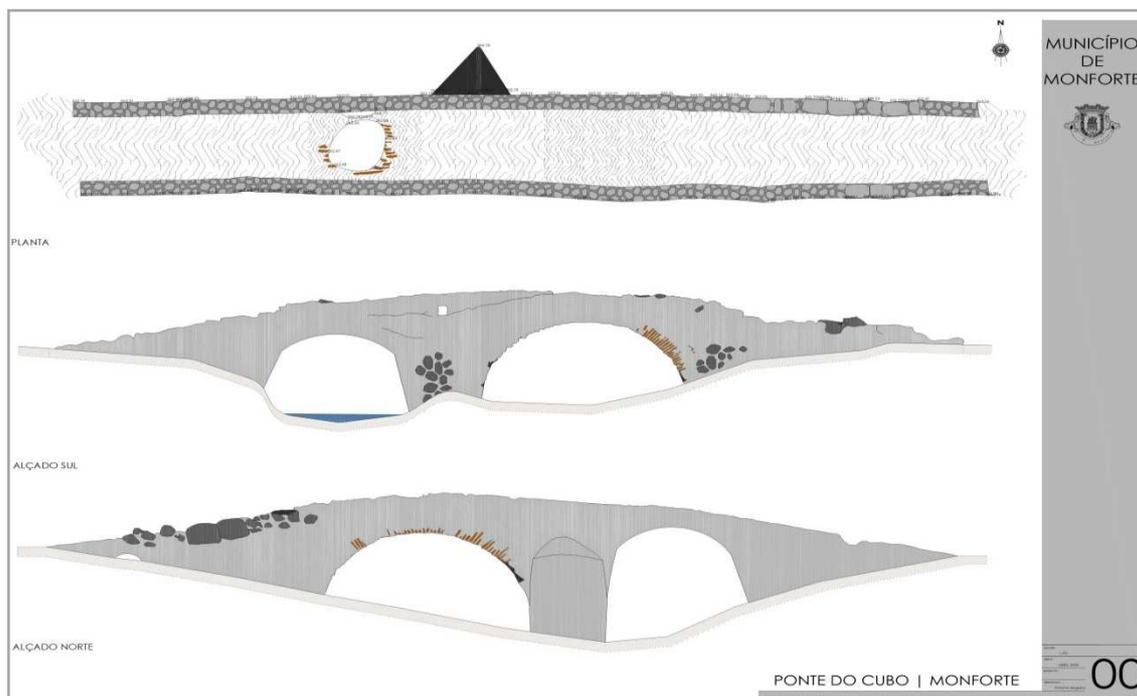


Figura 38 — Levantamento gráfico da ponte do Cubo

Em 2017, a concretização de projetos de reabilitação de espaços históricos, concretamente no espaço do antigo hospital e igreja da Misericórdia de Monforte e na envolvente da igreja Matriz de Monforte, implicaram grandes movimentações de terras e produziram efeitos diretos ao nível da preservação do património arqueológico.

Os trabalhos arqueológicos que decorreram no âmbito do projeto de **construção do Centro de Educação e Formação e Universidade Sénior/Hospital Velho (CEFUS)** foram faseados em duas etapas, uma primeira de acompanhamento da demolição de estruturas pertencentes ao antigo Hospital da Misericórdia de Monforte

e das escavações mecânicas e remoção de terras naquele espaço, e uma segunda de realização de sondagens preventivas no interior da igreja da Misericórdia. O local da intervenção, designado Hospital Velho, correspondia ao edifício do antigo hospital da Misericórdia de Monforte, cuja data de construção remonta ao séc. XVI. Este edifício em ruínas, propriedade do Município de Monforte, situava-se no interior do perímetro definido pela muralha, dentro da área do Centro Histórico de Monforte, numa das extremidades norte da praça central da vila (Fig. 39). À data de início do projeto subsistiam apenas as paredes exteriores e algumas divisórias interiores em avançado estado de ruína. O único espaço minimamente conservado era a antiga igreja do hospital, edifício anexo, para a qual foram antecipadamente previstos trabalhos de conservação e restauro, em resultado de uma estratégia abrangente de salvaguarda patrimonial.

A primeira fase dos trabalhos arqueológicos, de acompanhamento das demolições, permitiu verificar a reutilização de materiais pétreos de construções anteriores (blocos de granito aparelhados) e inclusivamente de cabeceiras de sepultura medievais. Numa abordagem arqueológica da arquitetura, identificou-se ainda um lava-mãos em mármore, que se encontrava no interior de uma parede, no local onde se situaria a antiga sacristia da igreja anexa ao Hospital da Misericórdia, bem como diversas evidências de portas e janelas entretanto entaipadas, que testemunham várias fases de utilização e readaptação dos espaços ao longo da vida útil dos edifícios (Fig. 40).

Durante o processo de movimentação de terras realizado após a demolição das estruturas, identificaram-se algumas situações coerentes com a utilização do espaço como hospital, em concreto uma zona de lixeira numa área marginal e exterior aos edifícios, onde se recolheram frascos de vidro de medicamentos, e um conjunto de objetos de metal bastante danificados, entre os quais pratos com a inscrição "sopa dos pobres" e bacios destinados aos utentes, com as iniciais H.M., correspondente a Hospital da Misericórdia (Fig.41). O

substrato geológico encontrava-se a pouca profundidade em relação ao pavimento da rua e ao próprio pavimento do antigo edifício do Hospital da Misericórdia, pelo que a potência estratigráfica era muito reduzida e não se observaram contextos conservados. A grande dureza da rocha, que se observou em toda a área intervencionada dificultaria a construção de estruturas negativas, o que poderá estar relacionado com a ausência desse tipo de vestígios. Esta é, aliás, uma situação que podemos constatar noutra tipo de intervenções realizadas no centro histórico, em que apenas se observam estruturas negativas, concretamente silos, quando a dureza da rocha permite a escavação. À exceção de um pequeno poço parcialmente escavado na rocha e entulhado com fragmentos de cerâmica relativamente recentes (Fig. 42), não se registaram outro tipo de vestígios anteriores naquele espaço, que terá sido profundamente descaracterizado com a construção de edifícios durante o séc. XVI. Atendendo a estas condicionantes, a escavação e remoção previstas em cede de projeto, de cerca de 100 cm abaixo da cota do pavimento, decorreu quase integralmente com recurso à remoção de rocha compacta.

A obra a realizar no edifício anexo da antiga igreja do hospital da Misericórdia, em concreto ao nível do pavimento, foi pensada de forma a alterar o menos possível o espaço e os materiais que se encontravam conservados, até porque atendendo às características do espaço, a probabilidade de ocorrência de enterramentos era elevada no caso de se proceder a intrusões no subsolo. Foi por isso prevista a simples substituição do pavimento de tijoleira, que se encontrava extremamente degradado, por outro material adequado ao espaço. Contudo, a simples remoção das primeiras tijoleiras, efetuada no âmbito de uma pequena sondagem avaliativa, deixou à vista fragmentos de ossos humanos indiciadores de enterramentos no local, o que veio a ser confirmado com a prossecução dos trabalhos. Constatou-se a existência de enterramentos a escassos centímetros de profundidade em relação à cota do pavimento, cuja preservação física

seria afetada pela compactação do solo necessária à colocação do novo pavimento. Por esse motivo, e numa estratégia concertada de salvaguarda e preservação dos vestígios biológicos humanos, optou-se pela escavação integral do espaço. Sob o pavimento da igreja identificou-se uma necrópole escavada na rocha, com 20 sepulturas conservadas, reutilizadas ao longo do tempo, à qual se sobrepôs o edifício no séc. XVI, como pudemos verificar pelas várias sepulturas com enterramentos que se prolongam sob os muros da construção (Fig.43). Por questões de preservação dos vestígios, optou-se por remover todos os enterramentos, à exceção de dois que foram objeto de um projeto museológico e que passaram a integrar o novo espaço. A necrópole foi coberta com manta geotêxtil e saibro para proteção destas estruturas antes dos trabalhos de assentamento do novo pavimento (Fig.44).

A musealização parcial dos vestígios foi alvo de avaliação e ponderação entre os vários técnicos envolvidos no projeto, tanto da área da arquitetura e engenharia, como da arqueologia, antropologia e conservação e restauro, tendo-se optado por manter esses testemunhos à vista numa ótica de registo da utilização do espaço ao longo do tempo e de articulação com a capela dos ossos existente a poucos metros de distância desta igreja. Estes espaços, que refletem o tema da morte, foram integrados na rede de pontos turísticos de interesse na vila de Monforte (Fig. 45).



Figura 39 — Localização do Hospital e igreja da Misericórdia de Monforte



Figura 40 - Trabalhos de demolição do Hospital Velho da Misericórdia de Monforte e elementos recuperados



Figura 41 - materiais recolhidos em contexto de lixeira do Hospital



Figura 42 - Poço identificado no âmbito dos trabalhos de acompanhamento



Figura 43 - Necrópole identificada na igreja do Hospital Velho da Misericórdia de Monforte



Figura 44 - Proteção da necrópole da igreja após levantamento dos enterramentos



Figura 45 - Musealização de enterramentos na igreja do Hospital Velho da Misericórdia de Monforte

A intervenção arqueológica exigida pela construção da Casa Mortuária de Monforte, localizada a escassos metros de distância da igreja da Misericórdia e junto à igreja Matriz, decorreu numa área utilizada ao longo das últimas décadas apenas como quintal da igreja (Fig.46). À semelhança das grandes alterações arquitetónicas no centro histórico, ocorridas durante os anos 40 e 50 do século XX, também nessa época e naquele espaço foi construído um edifício de apoio à igreja e efetuadas movimentações de terras, algumas dos quais para abrir várias caldeiras para árvores, que terão alterado contextos arqueológicos aquela data ainda conservados. Apesar de ser previsível o anterior remeximento do subsolo, mas por se tratar de uma área sensível quanto à possibilidade de existência de vestígios osteológicos humanos, optou-se por realizar sondagens com carácter preventivo, anteriores ao acompanhamento arqueológico em fase de obra.

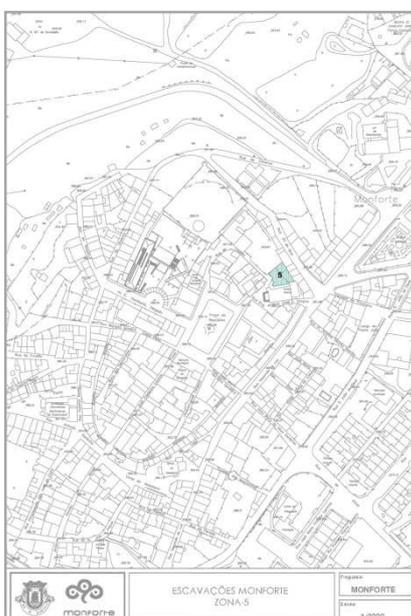


Figura 46 — Localização do quintal da Igreja Matriz de Monforte na malha urbana da vila

Logo a partir dos primeiros trabalhos de escavação, num espaço delimitado pela muralha medieval e que se encontrava sobre-elevado em relação à área envolvente, verificou-se a presença de ossos humanos descontextualizados e, a apenas alguns centímetros de profundidade, constatou-se a existência de enterramentos *in situ*. Face a esta situação e atendendo a que não era possível deslocar o edifício por falta de espaço, optou-se por escavar toda a área a ser afetada pela nova construção. Foi realizada a escavação e levantamento de um amplo conjunto de enterramentos, que se sobrepunham em camadas, maximizando o espaço disponível, em simples fossas abertas na terra. O espólio associado era pouco expressivo e resumiu-se a um anel, um rosário e algumas moedas de liga metálica em contextos de revolvimento, que apontam para uma cronologia tardo medieval, moderna (Fig. 47). Ao chegar ao substrato geológico, e ao atingir-se a cota de escavação da obra, identificou-se uma necrópole com sepulturas escavadas na rocha, à qual se sobrepôs a muralha do séc. XIV (Fig. 48). Efetuou-se a sua localização em planta e escavou-se apenas uma delas, situada no espaço de implantação de um pilar do edifício projetado para o local, deixando-se em reserva arqueológica as restantes, por não apresentarem risco de destruição (Fig.49).

As sepulturas anteriormente identificadas na antiga igreja do Hospital da Misericórdia e já parcialmente musealizadas, e as que se identificaram no espaço de construção da nova casa mortuária fariam parte de uma mesma necrópole escavada na rocha, parcialmente cortada pela construção de edifícios e arruamentos que se lhe sucederam no tempo.



Figura 47 - Trabalhos de escavação no Quintal da Igreja Matriz de Monforte



Figura 48 - Identificação de necrópole escavada na rocha, com muralha sobreposta



Figura 49 - Sepultura escavada na rocha

As opções tomadas nestas duas últimas intervenções, relativamente à escavação ou não de espólio humano, tiveram em consideração as possibilidades de alteração e/ou adaptação dos projetos de arquitetura e a salvaguarda da integridade material desses mesmos vestígios, numa estratégia de articulação entre preservação e valorização patrimonial e a concretização das obras públicas.

Em todas as situações em que se constatou não existir risco para a preservação física dos vestígios, e tendo presente a noção da

destruição que a própria escavação arqueológica comporta, optou-se por não realizar qualquer tipo de intervenção, mantendo os contextos inalterados para memória futura.

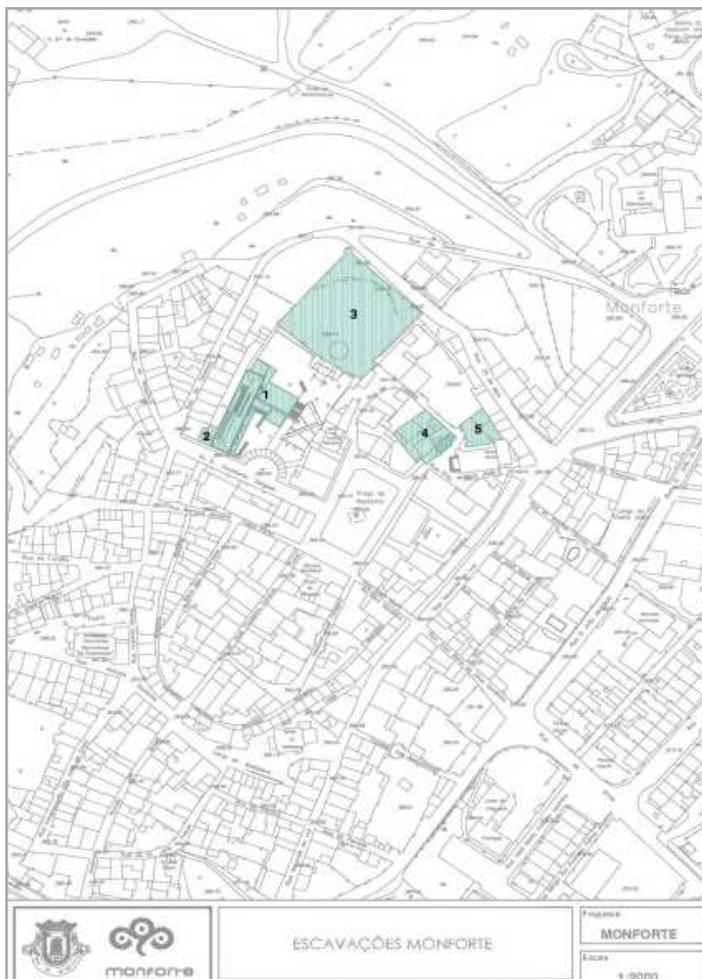


Figura 50 - Localização das várias intervenções arqueológicas no Centro Histórico de Monforte: 1 - Convento do Bom Jesus; 2 - Av. General Humberto Delgado, n.º 4; 3 -Castelo; 4 - Hospital e igreja da Misericórdia; 5 - Quintal da Igreja Matriz de Monforte

2. Considerações finais

A descoberta da villa romana de Torre de Palma e os trabalhos de escavação e valorização que se lhe seguiram, constituem o primeiro marco relevante no processo de salvaguarda arqueológica no concelho de Monforte, que até ao presente conheceu diversas etapas e estratégias de intervenção, modeladas de acordo com as políticas

oficiais de intervenção no Património e com a crescente sensibilização do poder local para a gestão integrada dos centros urbanos e do território.

A ação das equipas territoriais do Instituto Português de Arqueologia, criado em 1997, refletiu-se numa aproximação das políticas culturais produzidas pelo poder central aos Municípios e às esferas do poder local. Em resultado dessa ação, todas as obras públicas realizadas em Monforte a partir dessa altura passam a ser alvo de intervenção arqueológica por parte de técnicos municipais, o que constituiu uma oportunidade de aproximação entre a prática arqueológica em meio urbano e as obras públicas. A ação direta do GTL (Gabinete Técnico Local de Monforte), em articulação com os técnicos do IPA, significou uma mudança na forma como a arqueologia era tradicionalmente vista, e uma nova visão do papel do arqueólogo enquanto técnico interventivo na preparação e acompanhamento dos procedimentos de obras públicas.

Em Monforte, apesar da reduzida pressão urbanística e da inexistência de grandes obras viárias ou outras com impacto significativo ao nível do património arqueológico, o trabalho desenvolvido a nível interno pelo Município, no campo da Arqueologia, permitiu começar a esboçar um mapa arqueológico do Centro de Monforte, a partir de escavações e acompanhamentos realizados na sequência de obras de construção e/ou remodelação de edifícios e espaços públicos.

O crescimento de dados provenientes de trabalhos arqueológicos realizados em Monforte tem contribuído de forma determinante para a ampliação do conhecimento sobre o património arqueológico do concelho. Este conhecimento vem reforçar o papel e o discurso da arqueologia junto da população e do poder político local e contribui de forma determinante para a construção progressiva da memória histórica coletiva e consequentemente para a salvaguarda do património arqueológico.

Bibliografia

ALARCÃO, J. de (1988) - *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips, 1988. 4 vol. Vol. 1: Introduction. Vol. 2 (fasc. 1): Porto, Bragança, Viseu. Vol. 2 (fasc. 2): Coimbra, Lisboa. Vol. 2 (fasc. 3): Évora, Lagos, Faro. BA: PI/Ala.

BOAVENTURA, Rui (2006) - Os IV e III milénios a.n.e. na região de Monforte, para além dos mapas com pontos: os casos do cluster de Rabuje e do povoado com fossos de Moreiros 2. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 9:2.

BUGALHÃO, Jacinta (1998) – O povoamento rural romano no Alentejo: contribuição da arqueologia preventiva. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 1:2, p. 123 - 136.

BUGALHÃO, Jacinta (2004) – O núcleo de povoamento rural dos Sardos, Monforte. Arqueologia na rede de transporte de gás: 10 anos de investigação. *Trabalhos de Arqueologia*. 39 Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 109-150.

CARNEIRO, André (2008) - Itinerários Romanos do Alentejo. Uma releitura de "As Grandes Vias da Lusitânia – O itinerário de Antonino Pio" de Mario Saa, cinquenta anos depois. Lisboa.

CUNHA, A. M. (1985) - *Monografia geral sobre o concelho de Monforte*. Monforte: Câmara Municipal de Monforte.

HELENO, Manuel (1962) - A Vila lusitano-romana de Torre de Palma (Monforte). *O Arqueólogo Português*. Lisboa, vol.IV, 2 série, p. 313-338.

LEISNER, Georg e LEISNER, Vera (1959) - *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Madrider Forschungen. Berlim: Walter de Gruyter & Co. (Madrider Forschungen, Bd. 1:2).

MALONEY, Stephanie (2000) - As escavações da Universidade de Louisville na Villa de Torre de Palma, Portugal 1983-2000: alguns

resultados preliminares. *A Cidade, Revista Cultural de Portalegre*. N.º 13/14 (Nova Série) 1999-2000, pp. 105-120.

MARTINS, Ana Margarida Nunes (2012) - A salvaguarda do património arqueológico no âmbito dos processos de avaliação de impacto ambiental e de ordenamento territorial: reflexões a partir do direito do património cultural, do ambiente e da gestão do território. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, Vol.15, p.219-256.

SILVA, J. (2001) - *O Centro histórico da vila de Monforte: evolução histórica, problemáticas de conservação e vias de animação cultural*, Lusíada. Arqueologia, História da Arte e Património. Lisboa, Universidade Lusíada, 213-253.

MORGADO, Paula (2001) - *Convento do Bom Jesus (Monforte)*. Relatório Técnico-científico final. Acessível nos Arquivos do DGPC. Lisboa, Portugal.

MORGADO, Paula (2002) - *Av. General Humberto Delgado, n.º 4 (Monforte)*. Relatório Técnico-científico final. Acessível nos Arquivos do DGPC. Lisboa, Portugal.

MORGADO, Paula (2004) - *Acompanhamento de obra no âmbito do Projeto de Infraestruturas e Pavimentos de Monforte*. Relatório Técnico-científico final. Acessível nos Arquivos do DGPC. Lisboa, Portugal.

MORGADO, Paula (2005) - Arqueologia Urbana no Centro Histórico de Monforte. *Arqueologia do Norte Alentejano, Comunicações das 3ªs Jornadas*, p.425-430.

MORGADO, Paula (2005) - Trabalhos de valorização da ponte do Cubo (limpeza e registo). Relatório Técnico-científico final. Acessível nos Arquivos do DGPC. Lisboa, Portugal.

MORGADO, Paula (2005) - Intervenção arqueológica na envolvente da ponte romana (Monforte). Relatório de trabalhos arqueológicos (acompanhamento de obra) apresentado ao Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.

MORGADO, Paula (2006) - Castelo de Monforte (Monforte). Relatório Técnico-científico final. Acessível nos Arquivos do DGPC. Lisboa, Portugal.

MORGADO, Paula; ROCHA, Leonor (2017) – Caminhos antigos do concelho de Monforte: A Canada do Alicerce. SCIENTIA ANTIQUITATIS, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 287-308.

MORGADO, Paula; ROCHA, Leonor (2013) – Carta Arqueológica de Monforte. Primeiros dados. VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular. Villafranca de los Barros (Badajoz). Art. 25. 35pp.

ROCHA, Leonor; MORGADO, Paula (2018) - O “Menir” dos Sete (Monforte): Dados Arqueológicos. Atas do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, p. 47-52.

ROCHA, Leonor; MORGADO, Paula (2016) – O “Menir” dos Sete (Monforte): Dados arqueológicos. Actas do VIII Encontro de Arqueologia Peninsular, 2014.

ROCHA, Leonor; MORGADO, Paula (2015) – A anta do Monte Velho (Monforte, Portugal). Arqueologia de Transição o Mundo Funerário. BRANCO, G; ROCHA, L; DUARTE, C; OLIVEIRA, J; BUENO RAMÍREZ, P. (Ed.) Évora: CHAIA, p. 71-77.

ROCHA, Leonor; MORGADO, Paula (2015) – Anta da Serrinha (Monforte) – Relatório Técnico-científico final. Acessível nos Arquivos do DGPC. Lisboa, Portugal.

ROCHA, Leonor; MORGADO, Paula (2013) – Anta do Monte Velho – Velho 1 (Monforte) – Relatório Técnico-científico final. Acessível nos Arquivos do DGPC. Lisboa, Portugal.

SAA, Mário (1956) – *As grandes vias da Lusitânia – O Itinerário de Antonino Pio*. Tomo I, Livro IV, Lisboa [Edição de autor].

VASCONCELLOS, José de Leite de (1929) - Antiguidades do Alentejo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1ª série: 28, p. 158 – 200.